

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de fevereiro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. CACÁ LEÃO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência da sessão no dia 20/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência da sessão no dia 21/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Pequeno Expediente.

Por 5 minutos, com a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Funcionários da Casa, quero, desejo e ocupo esta tribuna da Assembleia neste Pequeno Expediente, horário reservado não aos partidos políticos, mas aos deputados para expressarem nesta tribuna, por 5 minutos, a sua linha de pensamento, independentemente da indicação dos partidos.

Ocorre, Srs. Deputados, que precisamos estabelecer o norte, as regras e os limites nesta Casa. Mas não precisamos ir longe para isso, porque – ainda que antigos, pois são do ano de 1985 – já temos aqui esses limites estabelecidos pela resolução 1.193, que é o Regimento Interno da Casa. Bom ou mau, é um conjunto de normas norteadoras dos princípios, norteadoras do comportamento, estabelecedoras de limites para os Srs. Deputados.

Ocorre que aquele assento que ora está ocupado pelo deputado Cacá Leão, acho, contamina aqueles que o ocupam com certo ar professoral, imperial. Aquela cadeira faz, por vezes, as pessoas esquecerem de que quem nela está é o magistrado da Casa, seja ele o presidente de direito ou o da sessão. O comportamento de S.Ex^a o presidente da sessão precisa estar norteado pelos princípios do equilíbrio, da tranquilidade e da isenção. Nós outros deputados podemos errar, mas quem preside a sessão não pode, porque o erro cometido pelo presidente se espalha, contamina e vicia toda a sessão, todo o Parlamento.

Falo essas coisas para dizer que me orgulho de ser um deputado regimentalista. Por mais aguerrida que seja a discussão, estou sempre atento e preocupado com os limites impostos pelo Regimento. Sou muito cuidadoso com esses limites.

Não posso aceitar, como não aceitei ontem, quando uma violência foi perpetrada contra o mandato do deputado Gaban, quando negaram-lhe uma questão de ordem. Mais do que isso, quem presidia a sessão disse que todas as vezes em que estivesse na presidência da sessão, não concederia questão de ordem no pinga-fogo.

Só que não há amparo no Regimento. O Regimento diz que o deputado requisitará o tempo de 5 minutos para apresentar a questão de ordem. Considera-se questão de ordem toda dúvida levantada sobre o Regimento Interno, sua interpretação direta ou relacionada com disposição constitucional ou legal. O deputado terá 5 minutos para apresentar sua questão de ordem, que poderá ser contraditada por outro deputado, e quem estiver na cadeira de presidente há de decidir pelo conhecimento ou não da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Concluo, Sr. Presidente, dizendo que lamento esses embates às avessas. Vamos praticar nesta Casa todos os embates respeitando as leis, que podem ser boas ou ruins, mas são as leis, são as normas. Precisamos cumpri-

las.

Deputado Cacá Leão, V.Ex^a nasceu na Oposição, hoje é governo. Imagino que V.Ex^a não será governo a vida toda. O Regimento não é para atender a V.Ex^a que hoje está no governo ou aqueles que estão na Oposição. O Regimento há de continuar vigente, inclusive após a não existência de Targino ou Cacá Leão neste Parlamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, pela manhã, foram instaladas várias comissões, entre as quais a Comissão de Educação, Cultura, Ciências, Tecnologia e Serviços Públicos, que tenho a responsabilidade de presidir.

Quero agradecer a confiança dos colegas deputados por ter sido eleito como presidente dessa importante comissão. Faremos todo esforço para que haja um debate com encaminhamentos concretos, sempre com o objetivo de buscar uma educação de qualidade, debater e discutir os diversos temas culturais do nosso Estado e também debater sobre as questões tecnológicas e científicas.

Além disso, é preciso que haja o fortalecimento do serviço público, que tem uma importância muito grande para a nossa sociedade. Todas as terças-feiras o horário da nossa reunião é a partir das 11 horas da manhã.

Convidamos os interessados no tema para que possam participar desse processo de debate e discussão, pois é uma comissão aberta ao público, e também, provavelmente, terá a transmissão pela *TV Assembleia*.

Outra questão que eu gostaria de também falar e comentar aqui é que estamos organizando uma delegação de deputados para visitar Cuba, conhecer o seu povo, a questão educacional, da saúde, enfim, conhecer um pouco o país sobre o qual tem havido uma grande discussão, um grande debate. Aliás, queremos informar que já estivemos em Cuba, numa delegação oficial de dez deputado. Esta seria a segunda delegação. Convidamos todos os deputados dos diversos partidos para que possam participar da mesma forma como foi a primeira, quando houve a participação de deputados de diversos partidos. Inclusive já fizemos alguns contatos com os colegas parlamentares. Até o momento, colocaram-se à disposição e predispostos a viajar, o que deverá ocorrer em julho, os deputados Carlos Geilson, Kelly Magalhães, Fabrício Falcão, Bira Corôa, Zé Raimundo, Neusa Cadore, Marcelino Galo, Joseildo Ramos, Elmar Nascimento, Cacá Leão, Gaban – a depender da época – , Sidelvan Nóbrega, Jurandy Oliveira, Marquinho Viana, Rosenberg Pinto, Euclides Fernandes, Alan Sanches, Uziel Bueno, Graça Pimenta, Luiza Maia e Capitão Tadeu . Esses são alguns dos deputados que já se colocaram dispostos a compor essa delegação que vai visitar Cuba e a Bancada completa do PCdoB.

É importante que os deputados conheçam um pouco.... Essa é uma visita que, sem dúvida alguma, vai contribuir para que possamos ter uma visão de outro país, que tem alguns exemplos inquestionáveis, como na saúde e educação. E continua

aberta para os demais deputados que quiserem compor essa delegação, para que possamos, provavelmente no mês de julho, fazer essa viagem.

Não tem problema que encontre a blogueira lá. Cumprimentá-la-ei, posso abraçá-la, mas discordar de tudo que ela fala e tem falado pelo mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu caro presidente Carlos Felipe Vazquez de Souza Leão, Cacá Leão, que preside esta sessão, alguns assuntos me trazem a esta tribuna e a publicização do Clériston Andrade. É assim que o nobre Líder do governo, deputado Zé Neto, está tratando essa questão. O PT mudou, não é mais privatização – agora é publicização. Hoje, o jornal de circulação em Feira de Santana o *Folha do Estado*, publica uma matéria na qual apresenta vários equipamentos de última geração amontoados, jogados, em cômodos, em quartos, no Hospital Clériston Andrade sem a utilização, equipamentos que valem uma fortuna, sem utilização!

Ora, o que se pretende com isso? É utilizar esses aparelhos com a privatização. E essa privatização é de interesse do governo do Estado, o secretário da Saúde, Jorge Solla, esteve no Hospital Clériston Andrade, já acompanhado da imprensa, e detectou, pasmem, que 50% dos médicos não comparecem aos plantões. Sabe qual foi a medida que foi adotada? Nenhuma! E a diretora continua.

Era uma medida para ser adotada? Sim, se os funcionários não cumprem os seus horários, a direção devia ser punida, porque não fiscaliza. E o que é mais ainda aberrante é que hoje no jornal *A Tarde*, na coluna Tempo Presente, do jornalista Levi Vasconcelos, há uma nota: (Lê) “*Credeb surpreso. O Conselho Regional de Medicina (Credeb) diz ter ficado surpreso ao saber que a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia vai pedir ao Ministério da Saúde a prorrogação da vigência do convênio de ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para os hospitais Clériston Andrade (Feira), Luiz Viana Filho (Ilhéus) e o Hospital Geral de Vitória da Conquista.*

O convênio é de R\$ 19,3 milhões e a surpresa” – pasmem, deputados, pasmem deputadas – “é porque dia 15 último o Diário Oficial divulgou interesse do governo em terceirizar o Clériston. O presidente do Credeb quer que o Conselho de Saúde discuta a terceirização”.

Ora, se o hospital vai ser entregue à iniciativa privada, como é que faz convênio para botar dinheiro dentro do hospital? E esse dinheiro vai chegar quando o hospital estiver privatizado! E é por isso que os equipamentos estão lá jogados, sucateados, para forçar a privatização. E com a privatização, entra dinheiro público, entram os equipamentos modernos para funcionar. Se a privatização fosse boa, por que não começou aqui no Hospital Geral do Estado? Por que não começou no Hospital Roberto Santos? Tem que começar por Feira de Santana? Ah! Mas o Hospital do Subúrbio é privatizado! O Hospital do Subúrbio começou assim, e o

Hospital Clérison Andrade funciona há quase 30 anos.

E agora vem o Líder do governo, deputado Zé Neto, e diz: “Não é privatizar, vamos entregar à iniciativa privada, o termo é 'publicizar’”. O PT adquiriu facilmente, de forma impressionante, essa voracidade nas privatizações, até porque o governador Wagner é a o mesmo que fazia campanha contra a privatização da Estrada do Coco, é o mesmo! Agora, é ele quem vende as nossas BAs, você não entra em Salvador e nem sai dela sem pagar pedágio. Duvido que algum baiano entre na capital do Estado sem pagar pedágio.

Entende-se por que hoje o governo do PT está privatizando tudo, vai privatizar o Clérison Andrade, contrariando as suas bandeiras de luta, o seu passado, aliás, o passado que já foi rasgado há muito tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Portanto, esta é a nossa posição, o nosso protesto, botar dinheiro público para iniciativa privada, é conivência da Secretaria de Saúde, o Secretário Jorge Solla hoje joga contra o Clérison Andrade para justificar a privatização.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, quero dizer, Presidente, que estive na cidade de Monte Santo na sexta-feira, mas está uma tristeza. Estivemos em Monte Santo acompanhando, como eu disse, a CPI da Câmara Federal que investiga o tráfico de pessoas no Brasil, e, realmente, saí de lá estarrecida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a cidade anda com medo, a cidade está apavorada, deputado Joseildo. O que tem de organização criminosa traficando pessoas naquele município não é uma coisa pequena nem de brincadeira. Precisamos puxar o fio da meada, porque a coisa está começando a se evidenciar, mas precisamos, nesta Casa, ajudar com a discussão, com o debate e para essa investigação.

Nesse sentido, apresentei, no dia 15 de fevereiro, um requerimento solicitando ao presidente desta Casa que instale uma CPI para discutirmos também essa questão. A Bahia é o terceiro Estado com pessoas traficadas. Milhões de dólares têm passado por aqui nessa movimentação.

Ouvimos seis pessoas, Sr. Presidente, lá em Monte Santo, e é uma coisa de nos deixar emocionados, de quase nos fazer chorar. Eu nunca vi tanto absurdo, eu nunca vi uma campanha tão horrorosa para se arrancar os filhos de suas mães daquela forma, enganando as pessoas de uma maneira estúpida. E o pior de tudo, vendendo essas crianças. Eu pedi a um mototaxista que me acompanhasse até a casa de Silvana, que foi o caso tratado pelo *Fantástico*, e ele disse que poderia ir lá, mas a única preocupação dele é que a Carmem estava por lá e tentar vendê-lo. Essa é uma demonstração de que a cidade hoje tem plena consciência de que existe uma quadrilha vendendo crianças, vendendo pessoas, e nós precisamos tomar

providências.

Então queria pedir o apoio da Presidência, que nos ajude a instalar essa comissão o mais rápido possível, e que comecemos a fazer essa discussão, porque é nossa obrigação enquanto parlamentar, enquanto representante do povo para ajudar a desbaratar essa quadrilha de traficantes de pessoas. Não tem mais cabimento, em pleno século XXI, deputado Roberto Carlos, vermos pessoas vendidas para serem prostitutas, vendidas para adoção ilegal, irregular, como aconteceu em Monte Santo e região.

Então estou aqui fazendo esse apelo a todos, até que enfim a rede *Globo* presta um serviço educativo à nossa sociedade. E está sendo discutido hoje no âmbito do governo federal um plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. A pessoa ser pobre é uma coisa, agora arrancar os filhos da pessoa, como disse o deputado Yulo na semana passada, com muita propriedade, é uma outra questão.

Essa chefona da quadrilha foi ouvida numa audiência aqui do Ministério Público, e a gente vê todo o seu envolvimento, toda a sua incoerência, todas as suas contradições pela sua postura, e ela está aí na mídia dizendo que ajuda as famílias pobres. Ela engana as famílias pobres tentando comprar ou tomar as crianças para serem vendidas e traficadas.

Mas eu queria também, Sr. Presidente, no minutinho que me resta, não sei se há alguém aqui do *Bahia Notícias*, dizer ao grande jornalista, por quem tenho a maior admiração, Samuel Celestino: qual é a dele com o meu ex-prefeito Caetano? Caetano é um dos candidatos do meu partido à sucessão do governador Wagner. Samuel Celestino tem tido uma preocupação de inventar história, de criar desgastes, de chamar Caetano de incompetente. Não é verdade! Um prefeito que transformou a cidade de Camaçari, como fizemos durante oito anos, um prefeito que fez o sucessor, que elegeu seu sucessor na UPB, que mudou a cara da UPB, não pode ser atacado gratuitamente, como o grande jornalista Samuel Celestino tem feito. Não sei qual é o problema dele, mas acho que está ficando uma coisa feia, parecendo uma coisa pessoal. E, nesse sentido, eu queria dizer que a gente pode fazer um debate. Vamos mostrar qual é a incompetência do ex-prefeito Caetano, uma pessoa que pegou a UPB naquela situação...

Eu vou falar mais dois minutos, porque o deputado Targino Machado falou, e eu também tenho direito. Está ouvindo, presidente? É assim agora, abriu-se um precedente...

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Concluindo, eu quero dizer que estou disposta a abrir essa discussão com o grande jornalista Samuel Celestino para mostrar para ele que quem fez o que fez em Camaçari não pode ser tachado de incompetente, quem mudou a cara da UPB como Caetano fez, uma entidade que para reunir em assembleia de prefeitos precisava doar computadores, sortear ambulâncias e outras coisas mais. E ele mudou a cara da UPB, deu uma feição política, organizou, orientou, ajudou os prefeitos a entenderem os seus direitos e saber ir às ruas lutarem em defesa dos seus municípios, do municipalismo com essa nova feição.

Então, um prefeito desse, um gestor desse não pode ser chamado de incompetente.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Agradeço a nobre deputada Luiza Maia. Concedo a palavra por 5 minutos ao nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, 57 dias sem que o governo do Estado possa ser fiscalizado e não vejo nenhuma manifestação do Líder do Governo ou Líder do PT tentando procurar, pelo menos, justificar que o governo do Estado não tenha fornecido a senha, conforme determina a Lei em vigor no País.

Será que a Bahia é diferente de outros estados? É só o nosso Estado que não pode ser fiscalizado? E as coisas, vejam, Srs. Parlamentares, vão se engrenando. Hoje, por exemplo, vi uma matéria publicada na tribuna da Bahia no *Raio Laser*, que tem a seguinte matéria “Planejamento? é a pergunta. Diz que a Secretaria da Fazenda do Estado modificou o seu sistema, nós já falamos, do Sicof para Fiplan e que desde de dezembro que o governo não paga aos seus fornecedores.

Não pagar em dezembro, para mim não é novidade e para nenhum membro da Oposição, até, porque, o governo do Estado acabou o ano de 2012 com um rombo de 2 bilhões 650 milhões na fonte 00. Utilizou todos os recursos para investimento de uma maneira ilegal, irregular para cobrir esse rombo e o resultado está aí. Agora, janeiro e fevereiro, já diz a nota, imagino a incompetência dos técnicos do governo que não conseguiram ainda assimilar, enfim esse novo programa implantado pelo governo.

Eu, realmente, não acredito, porque um governo, pior que seja a gestão na Secretaria da Fazenda, é uma coisa tão absurda que chega a assustar. Não acredito que não tenha tido nenhum treinamento para os técnicos poderem operacionalizar esse novo sistema. Seria um desrespeito à inteligência humana. Se isso aconteceu, o governador tinha e tem a obrigação de exonerar imediatamente o seu secretário da fazenda.

A Comissão de Finanças hoje foi implantada. Temos que convidar, inicialmente, o secretário da fazenda para vir aqui dar justificativas para o não pagamento. De dezembro, eu sei, o Estado está quebrado, com um rombo de 2 bilhões, 650 milhões. Mas janeiro e fevereiro são 57 dias e ainda não deram a senha. Cadê a lei da transparência já em vigor? Não é respeitada? E nesse, sentido, já que o Líder do Governo não se manifesta, o Líder do PT não se manifesta. Nenhuma liderança ou representatividade, seja o que for, Sindsefaz não se manifesta que sempre esteve aqui para defender Carlos Martins, na época em que eu denunciava e tinha uma série de ressalvas com relação a má aplicação, a má gestão das Secretaria da Fazenda. Infelizmente, eu estava totalmente certo, que foi um ano, até aquela época de 927 milhões de furo no caixa do Estado. Agora não tem como esconder, está publicado.

Mas já que as lideranças da Oposição nesta Casa, ninguém tem a coragem de vir aqui para defender o secretário da fazenda, porque é indefensável o que ele está fazendo, o desrespeito que ele está tendo com a Assembleia.

Eu quero solicitar, meu caro deputado Cacá, momentaneamente na presidência, que leve ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, para que ele que tem o dever, até como presidente deste Poder, de dar todas as condições de trabalho para os 62 parlamentares aqui, para que exija, imediatamente, do Exmº Sr. Governador do Estado que o seu secretário da Fazenda forneça a senha para que possamos acompanhar a execução orçamentária do Estado, para evitar o descalabro que aconteceu em 2012, que chegou a esse furo de 2 bilhões e 650, para evitar que notas como essa, outra do “*Raio Laser*” diz que os fornecedores do Estado estão apavorados, porque desde dezembro não recebem um centavo e nenhuma justificativa é dada, apenas que os funcionários da Secretaria da Fazenda não foram treinados para isso e não sabem operar o sistema.

Repito não, acredito, deputado Rosemberg, V.Exª veio também da iniciativa privada e sabe que planejar a implantação de um sistema é básico em qualquer gestão pública ou privada e um governo não cometeria, acredito eu, essa irresponsabilidade.

Mas fica, Sr. Presidente, a ressalva: precisamos ter a senha, são 57 dias tentando ver as contas do governo e não consigo, estou sendo obrigado até, de uma maneira enfadonha, a acompanhar através de publicação do Diário Oficial, que nem sempre retrata a verdade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos, legítimo representante da cidade de Ibirataia, da região sul da Bahia, com extensa votação por todo o Estado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembléia*, trago aqui, mais uma vez, a prova de mais um factóide do Governo Jaques Wagner.

O governo Jaques Wagner, que diz na propaganda que educação é prioridade para a Bahia e para os baianos, mas os números demonstram que tudo pode ser prioridade neste Estado, menos educação. Quero aqui até falar para o deputado Zé Raimundo, que é professor universitário, a deputada Kelly Magalhães, que também representa a classe de educação, a situação difícil que eles devem viver para defender um governo que não investe em educação, e aqui eu trago dados, trago números estarrecedores para esta Casa.

(Lê): “*Confirmando a tendência dos últimos 5 anos voltaram a cair as aplicações em Educação em relação a Receita Corrente Líquida, que despencaram esse ano para 25,51%, o menor percentual dos últimos 12 anos na- Bahia. Já em 2011 essas aplicações chegaram a apenas 25,89%, desconstruindo completamente o discurso do Governo do Estado de prioridade na Educação.*”

Claro, o que era da educação foi desviado para cobrir o rombo de 2 bilhões, está claro aqui. É o menor índice aplicado em educação nesses últimos 11 anos,

deputado Luciano Simões. É que o governo que aí está não prioriza educação, como não prioriza a segurança pública, como não prioriza o combate à seca, mas prioriza as mentiras e as propagandas enganosas.

E eu vou mais: “A média das aplicações durante os seis anos do Governo do PT chegou a 26,6%, enquanto no período entre 2003/2006 atingiu a 29,01%.” Ou seja, esses últimos 07 anos do governo Jaques Wagner foi a menor aplicação de recursos em educação que este Estado já viu.

Só para se ter idéia, o que isso significa: se aplicássemos a média do período entre 2003 e 2006 em 2012 a educação teria contado com 600 milhões a mais nesse ano.

Outro fato preocupante, Sr. Presidente da Casa, está aqui. Trago a reportagem da *Rádio Metrópole*, “Colégio Estadual Bolívar Santana espera 5 anos por uma reforma.” Não estou falando aqui de 5 meses nem 5 dias. O colégio, deputado Uziel, espera 5 anos por uma reforma. Quem diz isso aqui é o jornal da *Rádio Metrópole*.

Agora eu quero ver o deputado governista subir a esta tribuna e dizer que educação é prioridade neste Estado e falar que é herança maldita, porque a herança maldita deste governo é do próprio governo passado. Então, ficou claro que o governo não se preocupa com a educação. Até lanço um desafio. Tenho certeza que, se forem avaliados os números, foi investido em propaganda muito mais do que em educação na Bahia.

Lamentavelmente o dinheiro, deputado Luciano Simões, em vez de estar sendo investido na educação para os baianos, reformando escolas, não! Ele foi desviado para cobrir o rombo de 2 milhões, que é a prova da falta de competência, da falta de conhecimento do atual governo sobre as contas públicas estaduais.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero lamentar que mais uma vez o nosso Estado não priorizou a educação. Foi uma educação pífia de 25.51%. Infelizmente é mais uma prova de que o governo prioriza as propagandas, e não a educação estadual.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Diante desta presidência, estendo o Pequeno Expediente por mais 10 minutos e concedo a palavra ao nobre deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, meu querido presidente Cacá Leão, quero aproveitar o momento para dizer que essa nova performance do deputado Luciano Simões chega a chamar a atenção, com o cabelo rejuvenescido. Parabéns, deputado Luciano!

Mas, meu querido Sandro Régis, às vezes eu fico me perguntando por que a gente fica comparando aqui a melhoria ou os investimentos na educação não pelo conteúdo, mas pelo valor financeiro. Educação não se analisa pela quantidade de investimentos que se faz. Educação se analisa pela capacidade de informação que os nossos alunos vêm recebendo, se é mais ou menos.

Só para fazer uma comparação extremamente simples - os dados oficiais do Estado da Bahia estão aí -, em 2006 nós tínhamos 2 milhões de analfabetos. Hoje,

esse número ainda é extremamente triste para a Bahia porque temos um milhão de analfabetos. Mas em 6 anos o governo baiano conseguiu reduzir em um milhão o número de analfabetos no nosso Estado. É essa a forma de comparar a educação. Vendo quantos alunos estavam e quantos alunos estão hoje na escola em turno integral. É esse o formato de capacidade e análise da educação em nosso Estado que temos de fazer.

Por outro lado, meu querido Carlos Geilson, temos de entender - e aí precisamos talvez até fazer um curso depois, todos nós - o que é privatização e o que é concessão, porque há uma confusão aqui. Às vezes as pessoas fazem um discurso aqui, contra as concessões, entendendo que a concessão é uma privatização, e não é verdade. Senão vamos falar algo, passar uma informação e podemos ser questionados pela sociedade até pela ignorância da nossa informação. Estamos passando uma informação extremamente equivocada. Precisamos entender que privatização é a venda para a iniciativa privada, em que a iniciativa privada cria regras de definição e de operação do sistema. A concessão é apenas a cessão de operação do sistema com regras definidas. E isso acontece no mundo inteiro. Não é uma invenção do Partido dos Trabalhadores nem do governador Jaques Wagner.

Por último, meu querido Gaban, sei que o senhor vem aqui fazer todos os dias uma cobrança de senha, de senha, de senha. Pelo que me contam aqui, era o PT que cobrava isso há 8 anos, 10 anos. Hoje só quem pode cobrar isso aqui é quem tem desconhecimento das informações do que a Secretaria da Fazenda faz. Hoje temos 3 níveis de informação, 3 níveis de acesso. Um acesso público, que é o acesso que a oposição cobrava no ano passado com senha. Hoje esse acesso é público. Há um segundo acesso que é para os deputados. Qualquer deputado deve ir à Secretaria da Fazenda com o CPF e seu e-mail, cadastra-se e recebe uma senha para ter informação no nível dos deputados. Há uma outra forma de acesso que é a operação do sistema, que é do secretário, do subsecretário, dos técnicos que manuseiam a operacionalidade do sistema. Espero que não seja isso que está sendo solicitado, porque aí não é o deputado. A pessoa que cobra isso quer ser o secretário da Fazenda, o que não pode ser. Hoje acabei de falar com o secretário Pititinga. Ele está solicitando da presidência da Casa, CPF com o nome de todos os deputados para que aqueles deputados, mesmo aqueles que não foram ou que não querem ir lá, mandem para aqui uma senha inicial que depois ele pode modificar, para que tenha acesso nesse nível de informação. Agora, no nível de informação do secretário, do subsecretário, é da operação do sistema, e em lugar algum do mundo, não se pode permitir esse tipo de cobrança.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra à nobre deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, vou usar rapidamente os 5 minutos aqui até porque o presidente Cacá já fez uma concessão para dar tempo a todos falarem. Queria aqui nesta tarde, especialmente, falar da nova instalação que aconteceu hoje das comissões, dos novos

membros.

Em primeiro lugar, agradecer aos colegas, especialmente a Bruno Reis e ao meu querido professor, prefeito de Vitória da Conquista, sempre prefeito, José Raimundo, que participou conosco da Comissão de Educação, agradecer pelo tempo que fiquei na Comissão de Educação, nos dois anos, os debates realizados, as audiências públicas realizadas, o muito que foi feito na nossa gestão. Saímos da Comissão de Educação, e ela com certeza irá para as boas mãos do deputado Álvaro Gomes. Assumo a função de vice-líder do Governo e com certeza faço questão de assumir essa tarefa porque pretendo ser porta-voz das demandas do Oeste para com o Governo do Estado, especialmente aqui na Assembleia Legislativa.

Agradeço também por ter participado da Comissão da Mulher, saudar a deputada Neusa Cadore, que assume a presidência, e saudar a deputada Luiza Maia, que deixou uma marca de competência, deixou uma marca aguerrida, destemida de efetivamente colocar o nome e o papel da mulher em destaque nos dois anos em que esteve à frente da presidência da Comissão da Educação. Sem dúvida nenhuma trabalhamos juntas e muito desse trabalho, Luiza Maia, hoje, é um esteio para que a nossa colega Neusa Cadore possa continuar trabalhando e dando ênfase ao enfrentamento da violência doméstica, chegando a um “8 de março” no qual possamos fazer dessa luta uma luta da sociedade para que possamos diminuir cada vez mais os índices, fazendo com que o caso da banda *New Hits* não caia no esquecimento e não caia na impunidade.

Quero agradecer por ter feito parte e continuar fazendo parte da Comissão Especial da Ferrovia Oeste Leste porque entendo que, é o grande debate e precisar se travar para trazer o desenvolvimento para a região Oeste da Bahia, região rica, produtora de grãos, que certamente precisa escoar essa produção para que a mesma não seja perdida nas estradas, no transporte de forma irregular como estamos vendo.

Portanto os debates que acontecerão e que já estão sendo propostos e o que já fizemos...

E aqui parabenizo também a deputada Ivana Bastos. Todas as mulheres que eu tenho falado aqui foram mulheres que assumiram a presidência das Comissões com zelo, com responsabilidade, com afinco, mas, acima de tudo, com a capacidade de levar adiante os temas e os debates mais importantes para a sociedade baiana. Portanto Ivana Bastos é uma dessas e eu quero parabenizá-la.

Sei que amanhã será instalada mais uma comissão especial. Ivana continuará e nós vamos continuar no enfrentamento desse debate importante para a Bahia, para a redenção do povo do Oeste que, sem dúvida, é fazer com que a FIOIOL possa sair do papel e se transformar na grande realidade que nós precisamos para a economia do Estado e para a economia da região Oeste da Bahia.

Portanto, nesse momento em que se instalam as novas Comissões das quais farei parte, continuarei como suplente da Comissão de Educação, estou como titular, a pedidos, na Comissão da Mulher, especialmente por entender que como mulher não podemos arriar essa bandeira, mas erguê-la mais alto ainda. E nas novas que vamos participar, com certeza, ainda teremos muito debate pela frente para consolidar a

participação dos deputados nesta Casa Legislativa.

As colegas que encerram hoje, efetivamente, o mandato nessas comissões, obrigada a todas que conviveram conosco. Aos que chegam e assumem novas tarefas boa sorte e bom trabalho para que continuemos trabalhando em defesa da Bahia e do desenvolvimento deste grande Estado.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Uzeil Bueno pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. UZIEL BUENO:- Sr. Presidente, nobres deputadas e deputados, todos que estão aqui presentes, telespectadores da *TV Assembleia*, boa-tarde .

Primeiramente, quero agradecer a todos os deputados pela minha eleição hoje, para presidir Comissão de Defesa do Consumidor. Sou o novo Presidente da Comissão, e o Vice-presidente é o nobre deputado Sidelvan Nóbrega. Junto com todos os demais deputados, vamos fazer dessa Comissão uma verdadeira tribuna do povo e trazer os anseios do povo, as reclamações do povo que escuto todos os dias na rádio e na televisão...

O Direito do Consumidor é desrespeitado, infelizmente no País e aqui na Bahia não é diferente, por empresas que chegam e por empresas que já estão instaladas aqui há muito tempo e ainda não compreenderam que esse Estado também tem lei, também tem deputados, tem pessoas que estão preocupadas com os direitos dos baianos.

Mas o que me traz a esta tribuna hoje é, mais uma vez, a segurança pública do Estado que, realmente... Quando acordo todos os dias e pego os dados, vejo como os baianos estão desesperados, passando por pânico e terror todos os dias.

Só em Salvador e Região Metropolitana está constatado, são dados oficiais do governo do Estado, da Secretaria de Segurança Pública. Só em Salvador e Região Metropolitana hoje são mais de mil veículos roubados e furtados, e 330 pessoas executadas. Número oficiais. Tirando os latrocínios, roubo seguido de morte, que não são constatados pelos computadores da Secretaria de Segurança Pública, e eu queria uma explicação sobre isso.

Diante desses fatos, desses números da Secretaria de Segurança Pública, li na sexta-feira nos jornais, li ontem inclusive no Diário Oficial que houve mudanças. Mudanças? Dança de cadeira de delegado de polícia, dança de cadeira de comandante, de companhias independentes, da Polícia Militar, de batalhões, isso é muito pouco. Dizer isso aos baianos que sofrem todos os dias, como já disse, com 900 carros roubados? Aí, meu amigo, na segurança pública, ricos e pobres estão no mesmo barco, pode ser deputado, jornalista, gari, desempregado, estamos no mesmo barco.

O que está sendo feito hoje com a dança das cadeiras é dizer para o povo o seguinte: vocês vão ser enganados mais uma vez. Isso é um desrespeito ao povo da Bahia o que está sendo feito hoje pela Secretaria de Segurança Pública; é um

desrespeito ao contribuinte, aos nossos impostos que são pagos todos os dias. A segurança pública, meu amigo, você que está me escutando agora pela TV Assembleia, não é de graça, não. A segurança pública é paga e muito cara. Não adianta dizer que vamos mudar a segurança pública com coletes à prova de balas, com meia dúzia de coletes à prova de balas ou dizer que vão comprar armas, como o governador do Estado quando esteve aqui nesta tribuna disse que vai comprar armas. Vai comprar? Como assim “vai comprar”? Isso é um desrespeito ao povo, chegar a esta tribuna e de dizer que vai comprar, depois de 7 anos que está no governo; dizer que enfim cada policial militar vai ter a sua arma. Parabéns! Depois de 7, 8 anos cada policial militar vai ter a sua arma. E esses 7 anos como foram?

Volto ao começo do discurso. São 330 famílias chorando hoje em Salvador e Região Metropolitana. Deputado Carlos Geilson, deputada Graça Pimenta, nem falei de Feira de Santana que está num estado de sítio, uma guerra sangrenta não declarada na Bahia, infelizmente. Mas digo aqui aos deputados que os números são alarmantes: em 2012, fomos o Estado com o maior número de mortes violentas no Brasil, Salvador ficou entre as cidades mais violentas do mundo. Espero que em 2013 não sigamos pelo mesmo caminho.

Precisamos trazer para esta Casa o Secretário de Segurança Pública, para explicar os dados de 2012 e também os dados alarmantes de 2013, e essa dança das cadeiras que não representa nada para o povo. Como já disse, o sistema tem que ser bruto não para o povo, mas para o bandido, para o traficante, e sem falácias, sem mentiras, apenas com trabalho, dando vez e voz ao povo, e que o contribuinte se sinta realmente abraçado pela segurança pública deste Estado, que, infelizmente, hoje não está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Grande Expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, não poderia deixar de responder ao que foi colocado pelo Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, para dizer que a informação que foi passada pelo secretário da Fazenda é totalmente equivocada. A pior coisa na vida é a gente pensar que é mais esperto que o outro. O secretário da Fazenda não tem o direito de pensar que as pessoas aqui vão ser enganadas com conversa fiada. É essa conversa agora. Parece que o secretário Carlos Martins saiu da Secretaria da Fazenda, mas o espírito que norteava a forma dele de tratar a Assembleia continua a mesma.

Quando implantaram o Sicof, ficaram da mesma forma inventando que tem que ter CPF, etc.

Nós não queremos e nunca pensamos, aliás não é obrigação nossa tampouco dever da Oposição, fazer execução orçamentária do estado. O que queremos é fazer as consultas ao sistema. E esta consulta só pode ser feita por um técnico, devidamente credenciado pela Secretaria da Fazenda, para implantar o sistema. Não precisa implantar o sistema em todos os gabinetes não. Implantem o sistema só na Liderança da Minoria.

Então isso é uma conversa fiada! É uma brincadeira de mau gosto! É um desrespeito ao Poder Legislativo! Não vamos tolerar isso. Acho que já passou da hora do nosso prezado presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, entrar no circuito, porque é um desrespeito ao Poder Legislativo uma resposta dessa dada pelo secretário da Fazenda. Parece que ele se acostumou em não analisar as contas, o que ele vem prestar aqui de quatro em quatro meses, como é obrigação. A Assembleia Legislativa não analisa, até porque não há uma auditoria interna para auxiliar a própria Comissão de Fiscalização e Finanças.

Como prova disso, há, aqui, um ex-presidente da Comissão de Fiscalização e Finanças. Eu cobrava isso, aqui, quando presidente, para que nós tivéssemos este dispositivo. E o deputado Álvaro Gomes, durante o ano em que foi relator das contas do governo, também cobrou que a Casa deveria ter uma auditoria para nos auxiliar nas análises das contas dos tribunais. E nós nunca fizemos. Fica esse jogo. Não analisamos as contas dos tribunais, sobretudo o Tribunal de Contas, tribunal carinhoso com o estado, uma vez que não analisa as contas do governo do estado.

Então se nós não tivermos implantado o sistema na Liderança da Minoria que nos possibilite fazer a consulta – e não a execução como foi colocado aqui em outras palavras pelo Líder do PT –, não vamos poder exercer o nosso dever e a nossa obrigação de fiscalizar a execução orçamentária do governo.

Vejam, 2012 foi o ano em que menos se investiu em educação no nosso estado nos últimos nove anos! Preste atenção, Sr. Presidente! Vamos esperar chegar o fim deste ano para vermos o que fazer? E, aí, vai-se dizer: “Ah, infelizmente, o último ano foi o ano em que menos se investiu em educação!”

Temos de acompanhar mês a mês, até para corrigir, quando for o caso, os rumos do governo. Ninguém quer que este governo dê errado não. Nós moramos na Bahia. Temos filhos e netos. Meus filhos já estão formados. Mas quero que haja uma educação boa até para a população poder votar e saber escolher os seus representantes. Daqui a dois anos, teremos eleição.

Vemos, agora, o governo do estado privatizando a saúde. Se ele não tem competência para gerir, será correto o caminho a privatização? Vai-se privatizar tudo? Não conseguimos sair de Salvador sem pagar um pedágio! Já não chega? E o PT, quando Oposição, era radicalmente contra. Foram, até, contra a privatização do Baneb. Parece que o PT enxergava e, hoje, o mesmo partido valoriza muito as instituições financeiras e são parceiros do PT. Queriam que o governo do estado ficasse como banqueiro. Repito, foram contra a privatização do Baneb! Agora, estão privatizando tudo.

Mas eles não podem querer enganar e trazer informações erradas para o

Plenário desta Casa como tentou o secretário da Fazenda através do Líder do PT.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, solicitei esta questão de ordem, primeiro, porque acho que o deputado Targino está correto quando diz que precisamos fazer, de fato, um estudo do Regimento Interno para que possamos entender as motivações, porque ficamos, às vezes, utilizando instrumentos para fazer o debate com o mecanismo desapropriado. Nós precisamos, realmente, fazer isso.

Mas esta é, também, a oportunidade que tenho de trazer a resposta à intervenção do deputado Gaban.

Primeiro, deputado, não costumo voltar ao passado. Sou uma pessoa que anda para a frente, quem me conhece sabe disso. Mas, às vezes, me preocupo bastante com V.Ex^a quando o vejo, todos os dias, falar a respeito da senha, da senha, da senha.

Acho que talvez seja apenas uma motivação, já que no passado – que não quero que volte – o Partido dos Trabalhadores precisou entrar com um mandato de segurança para receber exatamente uma senha de acesso às informações. E agora todos os deputados têm isso, sem precisar de senha, no nível que se precisa.

E pelas informações que tenho, o deputado Gaban não fez coro com o Partido dos Trabalhadores nesse caminho. E nós fizemos isso, mesmo no governo Jaques Wagner.

Sr. Presidente, devo esclarecer que existem três níveis de acesso às informações. Nesse sistema atual, o primeiro é de acesso público, pois foi ampliado, permitindo à população ter todas as informações das movimentações financeiras do Estado. Um outro nível de acesso é específico para o parlamentar, que, se quiser, pode ir à Secretaria da Fazenda fazer a sua senha. E assim ele pode acessar de casa. Qualquer deputado pode fazer isso.

O terceiro nível é o da operação do sistema, que é de responsabilidade dos técnicos e do secretário da Fazenda. E é assim porque, se tivéssemos acesso a esse nível, poderíamos pagar, empenhar, etc. E certamente não é essa a solicitação do deputado Gaban.

Porém, como está havendo a mudança do sistema antigo para um novo, o secretário fará – por isso que dei essa informação – um ofício, que deverá chegar ainda hoje ao deputado Marcelo Nilo, solicitando os nomes dos deputados, acrescidos de e-mail e CPF, para que a Secretaria possa gerar uma senha específica para todos eles. E mandará por e-mail para que não haja a necessidade de o deputado ir à Secretaria fazer essa senha. Caso queira, o parlamentar muda a sua senha. E assim ele pode ter acesso no nível que os deputados podem ter, e esse nível é de toda a informação, inclusive dos gastos e pagamentos diários que estão sendo feitos.

Então, deputado, amanhã receberemos aqui. O presidente Marcelo Nilo traz a informação e todos os deputados têm isso. E assim se acaba com essa firula.

Quero aproveitar este momento para pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum... Retiro o pedido de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Não entendi, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pedi a questão de ordem apenas para fazer o contraponto.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Primeiro, vou dizer ao deputado Rosemberg Pinto que ele, apesar de dizer que não gosta de voltar ao passado, voltou ao passado. E eu voltarei ao passado também para dizer que hoje existe uma lei aprovada...

Peça silêncio, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Eu concedi o contraponto. E também concederei ao deputado Rosemberg. Mas não darei questão de ordem a mais ninguém.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria de esclarecer ao deputado Rosemberg Pinto, sobretudo à imprensa que está aqui e também aos demais parlamentares, para que a verdade seja restaurada.

Primeiro, deputado Rosemberg, hoje existe uma lei em vigor no País, a lei da transparência. Não é favor que o governo faz de dar a senha. Havia dito numa intervenção minha anterior que não queria - se já é obrigação nossa - e nem podemos fazer a execução do Orçamento do Estado. É óbvio que não quero fazer isso. Essa conversa de CPF e tudo mais, se voltarmos há alguns anos e pegarmos quando implantaram o Sicof, foi essa mesma lenga-lenga. Demoraram vários meses, deputado Sandro, V.Ex^a lembra, para fornecer. Pediram: olha, queremos CPF, identidade, a informação não está para a população. A informação, deputado Rosemberg, que está disponível para a população é mínima e extremamente defasada.

O que queremos, deputado Rosemberg... Já que V.Ex^a está sorrindo, vamos chamar o secretário da Fazenda para vir debater este assunto aqui. Vamos! Chame o secretário da Fazenda! Vamos desmenti-lo, publicamente, se ele estiver corroborando com o que V.Ex^a está pensando. Estou partindo do princípio que ele passou informação errada para V.Ex^a. Se V.Ex^a está querendo debochar..., mas não venha brincar com a inteligência da Oposição.

Todos têm senha? Mentira! Eu não tenho. Eu não tenho! Convide qualquer um deputado da Oposição para mostrar que tem senha. É mentira! É mentira!

O Sr. Zé Raimundo:- Não tem porque não quer.

O Sr. Gaban:- Não quer não! É obrigação...

(O Sr. Deputado Zé Raimundo se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Deputado, a questão de ordem está sendo formulada pelo deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Seja mais educado, deputado.

O que quero é que seja dado o direito da Oposição exercer o seu mandato e a função de ser fiscalizador, aliás do Poder Legislativo. Só que o governo não quer fiscalizar, quer aprovar tudo que vem, mas é problema de V. Ex^a, da consciência de V.Ex^a. Quero exercer o meu mandato e a delegação de ser fiscalizador. A democracia é isso: uns estão no poder; outros, na Oposição. Essa é a verdadeira democracia.

Para exercer o direito que a democracia me permite, tenho que fiscalizar os atos do governo. Só poderei fiscalizar e fazer as consultas necessárias, diariamente, quando o sistema for implantado aqui. Se essa informação não foi dada para V.Ex^a, ele deu pela metade, está errado e está iludindo o Líder do PT nesta Casa. Eu não quero isso, deputado. Só quero ter o direito de acompanhar o que eu achar necessário. Não quero fazer execução orçamentária. Isso cabe ao secretário da Fazenda e seus assessores. Quero apenas fazer o acompanhamento. Isso só posso fazer, meu caro deputado Rosenberg, se for implantado o sistema aqui na Liderança da Minoria ou então nos gabinetes, que não queremos. Não é necessário. Implante só na Liderança da Minoria, porque aqueles deputados que quiserem ter acesso farão as suas consultas necessárias. É mais uma mentira que eu não vou permitir. Reiterando a V.Ex^a, é inverdade a informação de que todos os deputados têm a senha. Não é verdade! Nenhum membro da Oposição tem a senha.

Segundo, não queremos fazer execução. Não é a nossa obrigação, não somos técnicos do governo. É nosso dever fazer as consultas necessárias para corrigir os erros que este governo, infelizmente, continua cometendo na área fazendária.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem, deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Veja bem, Sr. Presidente, logo depois, a deputada Kelly usará o Grande Expediente. Deputado Gaban, permita-me. V.Ex^a disse assim: *para restabelecer a verdade*. Olhe, bem, eu estou colocando aqui a informação que todos os deputados têm. Qualquer deputado, no sistema anterior, que quis uma senha para ter um nível de acesso...

O Sr. Sandro Régis:- Que nível é esse?

O Sr. Rosenberg Pinto:- Calma, querido!

(...) qualquer um poderia se dirigir à Secretaria da Fazenda para fazer a sua senha a esse nível de acesso. Se o nível de acesso não atende aos deputados, é outra questão para se debater. Todos os deputados podem fazer a sua senha. Diferentemente do passado.

Agora, deputado Gaban, atendendo ao pedido feito por V.Ex^a aqui, várias vezes. Talvez, V.Ex^a não queira se dirigir à Secretaria da Fazenda, deve ter os seus motivos, mas o Secretário da Fazenda fará essa deferência aos deputados, para atender ao deputado Gaban. Enviará a senha através de e-mail para que ele possa ter as informações já nesse novo sistema.

O Sr. Sandro Régis:- Só para o deputado Gaban?

O Sr. Rosenberg Pinto:- Para todos, para todos os deputados.

Isso não é Questão de ordem. O deputado Gaban e eu usamos do expediente apenas para esclarecer. Mas não é, especificamente, questão de ordem. Gostaria de pedir a V.Ex^a que restabelecesse o ordenamento da sessão no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Grande Expediente.

Concedo a palavra a palavra à oradora inscrita, deputada Kelly Magalhães, pelo tempo de 25 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados, quero começar o Grande Expediente lamentando o equívoco no entendimento do Regimento Interno desta Casa em relação à questão de ordem. Não é possível que percamos tanto tempo debatendo uma questão que deve ser tratada na própria tribuna. Isso não é questão de ordem, isso é bate-boca desnecessário. Considero uma perda de tempo lamentável.

Se a senha vem, se a senha não vem, se o secretário é isso ou aquilo, não é possível que nós percamos tanto tempo numa sessão com uma questão como essa, quando cada deputado tem o seu tempo, o tempo da liderança, o tempo do seu partido, para tratar dessa questão.

É preciso ter clareza em relação ao que seja a questão de ordem, de como ela deve ser tratada e em que momento deve acontecer. Mas não nesse nível. Isso é bate-boca sem nenhum resultado positivo.

A Sra. Maria Luiza Laudano:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Deputada Maria Luiza Laudano, a palavra está com V.Ex^a.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Deputada Kelly, gostaria de dizer que V.Ex^a está com toda razão. Eu comentava nesse momento que não é possível que fiquemos aqui neste Plenário com os deputados discutindo um com o outro.

Respeito muito os deputados, somos todos iguais, como uma família, moramos nesta Assembleia e pernoitamos na nossa casa. Não foi para isso que o povo nos elegeu, foi para representá-los. Ontem foi a mesma coisa. Não estamos tendo rendimento nenhum. Ficamos a discutir a tarde toda, sem nenhum proveito para aqueles que esperam tanto de nós.

Vamos ver nesse Regimento Interno o que é questão de ordem, o que não é, quando pode ser usada e quando não pode. É um absurdo. Deveríamos estar tratando dos nossos projetos que já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, mas nenhum veio para ser aprovado. É um absurdo, com tantos problemas para resolvermos.

Parabenizo V.Ex^a por trazer para esta Casa essa opinião, e corroboro com V.Ex^a neste momento. Estou perdendo, acredito que todos nós, perdendo o anseio de estar aqui à tarde, neste ambiente, porque não estamos trazendo nada de proveitoso para nossa comunidade.

Muito obrigada, deputada Kelly Magalhães.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Agradeço o aparte da deputada Maria Luiza Laudano e reitero porque sinto, como senti ontem e senti agora na presidência do deputado Cacá Leão constrangimento e receio em restabelecer a ordem, com medo até das reações que acontecem quando as coisas não saem do jeito que os deputados querem quando fazem um pedido de questão de ordem. Ontem, o deputado – com todo o respeito – que estava presidindo a sessão foi constrangido. Nós temos de admitir isso! Agora, da mesma forma, é um debate inócuo. Eu não posso ficar dando apartes, aqui, para se tratar de questão de ordem. Se esse é o entendimento de V.Ex^{as},

venham para a tribuna. Cada um, aqui, tem um horário regimental para falar. Exijam os seus 10 minutos! Eu acho saudável, salutar esse debate sobre a senha, e fico feliz que esse debate possa acontecer verdadeiramente nesta nova era. Há deputados dos governos passados que sabem que, aqui, não poderia haver esse tipo de debate.

Acho importante o debate, mas não devemos perder o nosso tempo com uma coisa que não tem sentido. Muitas vezes, o presidente que está conduzindo a sessão sente-se acuado em fazer valer, verdadeiramente, o Regimento Interno. Portanto, antes de entrar no meu assunto, eu queria fazer essa observação, porque, deputada Maria Luiza Laudano, desde ontem presenciamos isso que eu considero lastimável, lamentável.

Falei com prazer, aqui, hoje, do que foi a instalação das novas comissões. Com certeza, dentro da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle esse debate poderá acontecer. A Justiça está aí para garantir e nós estamos aqui para, efetivamente, desenvolver o nosso papel. Já disse isso em outra oportunidade, na semana passada, tanto a Situação, quanto a Oposição tem capacidade para isso. Portanto, não acho saudável, não dá para ver um bate-boca sem absolutamente nenhum resultado prático e causando um constrangimento, muitas vezes, para o presidente que está assumindo a condução dos trabalhos que fica sem margem de negociação para acabar a discussão e restabelecer o tempo das lideranças e o tempo para que cada um possa falar. Portanto, eu deixo esse registro. Espero que nós tenhamos maturidade suficiente para, de fato, trazer os temas que são importantes.

Sr. Presidente, quero dividir o meu tempo para falar de dois temas que considero importantes. Participei, mas não pude ficar até o final, da sessão ocorrida quinta-feira que comemorou os 10 anos de governo do PT no Brasil. Quero reiterar, como Líder do PCdoB...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, eu fui o primeiro a pedir um aparte à deputada Kelly Magalhães. Portanto, se ela não conceder o aparte para mim, não poderá fazer para outro deputado.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Deputado Gaban, V.Ex^a não se deve preocupar. V. Ex^a não precisa fazer esse questionamento à presidência, porque o meu tempo ainda não acabou. Eu darei o aparte que V. Ex^a está pedindo, portanto, não precisa criar confusão com relação a isso também. Eu peço a V. Ex^a que me deixe concluir o meu raciocínio para que eu possa dar a V. Ex^a, bem como aos demais, o tempo que for preciso para falar o que deseja.

Portanto, eu quero ressaltar, aqui, os aspectos e o legado positivo deixado pela gestão do ex-presidente Lula, continuado pela gestão da presidenta Dilma. Este País é um outro País, esse País é melhor. Há muito para se fazer? Sim. Há dificuldades a serem superadas? Sim. Mas, sem dúvida nenhuma, podemos olhar para o passado e olhar para este presente e dizer que 14 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza, graças a distribuição de renda neste País, que milhares de pessoas saíram da escuridão e das trevas com o Programa Luz Para Todos, que milhares, hoje, tem um acesso melhor à educação superior. Com presidente Lula 14 novas universidades federais chegaram aos que não tinham acesso. Hoje, o ProUni e muitos programas

dão acesso aos que antes não tinham e transformam, efetivamente, a qualidade de vida do povo brasileiro.

Portanto, saúdo esses 10 anos do governo do PT e insiro o Partido Comunista do Brasil nesse processo de crescimento efetivo e de sucesso do Brasil e do governo do PT, porque o partido participa desse processo. Saúdo, especialmente, a área dos esportes – área que o nosso partido atua – por ver que este País está sendo preparado para receber a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.

A Bahia, com certeza, já está aí com a Fonte Nova plenamente construída e com data de inauguração, mostrando... É preciso delinear esse discurso que muitas vezes a gente ouve e consideramos certo achar que há um desvio de dinheiro da Educação e que não se deveria investir na Copa do Mundo. São duas coisas importantes, são investimentos estratégicos, a geração de emprego, de renda e o que está se investindo neste País para a Copa do Mundo significa que ficará como um legado positivo para as próximas gerações e para este País.

Da mesma forma que o Brasil também caminha com sucesso para transformar a educação. É difícil? É penoso? É, mas é este o governo que está na luta para aumentar o PIB da educação para botar 10% para fazer valer aquilo que todos nós, no movimento social e sindical, aqueles que são comprometidos com a educação verdadeira, desejam para que a educação seja de fato a que queremos: da inclusão, do saber verdadeiro, da qualidade do ensino, da valorização dos profissionais da educação e do que queremos para melhorar este País.

Portanto, quero saudar o PT, a presidenta Dilma, o ex-presidente Lula, o governador Jaques Wagner, que busca e que tem lutado muito para fazer com que a Bahia trilhe passo a passo o caminho desse desenvolvimento, porque não é fácil. É uma terra que esteve por muito tempo dirigida por coronéis e, portanto, para sair do estado em que se pega, com milhões de analfabetos, não se transforma do dia para a noite e a Bahia continua investindo naquilo que é essencial, na reorganização deste Estado, na recuperação e na reaproximação de municípios e de regiões que estavam abandonados, porque não tinham sequer estradas para andar, porque não era possível para isso.

Hoje a gente vê uma realidade diferente de um país que tem buscado valorizar cada vez mais e de um Estado que tem buscado proporcionar e diminuir as distâncias. Pessoalmente venho de uma região que brigou, batalhou e que ainda carrega dentro de si o anseio de ser um novo estado. Isso foi alimentado quando chegou lá em 2006, o governador encontrou sim esse sentimento de divisão, porque não tinha uma única estrada, uma única BA que fizesse uma interligação decente na Região Oeste da Bahia.

Hoje temos grandes investimentos naquela região que foram consolidados na gestão do governador Jaques Wagner e que, com certeza, faremos ainda muito mais. Portanto, considero absolutamente normal, parte da democracia as críticas que a Oposição faz, mas é nosso dever restabelecer a verdade e colocá-la como entendemos efetivamente dentro do nosso entendimento.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Neste momento, concedo um aparte ao deputado Gaban que aqui pediu e também foi lá pedir ao deputado Cacá Leão, como presidente, que garantisse.

O Sr. Gaban:- Deputada Kelly Magalhães, agradeço o aparte que V.Ex^a me concede. Infelizmente tenho que discordar de V.Ex^a, deputada Maria Luiza Laudano, até porque não acho bobagem nem perda de tempo estarmos aqui discutindo sobre o nosso direito garantido na Constituição de acompanhar e fiscalizar os atos do governo, que ele seja desrespeitado.

O que procurei fazer com o deputado Rosemberg, falei publicamente e depois pessoalmente, se quiser vou com ele ao secretário da Fazenda, porque as informações que o secretário passou para ele são totalmente equivocadas. As senhas que temos são do SICOF, que está fora do ar, e por este motivo não podemos acompanhar. Então não quero nada demais. Até em respeito à sociedade que confia em nós, todos os 63 parlamentares, que exerçamos diuturnamente o nosso direito de fiscalizar. É um direito!

V.Ex^a não estava aqui, mas quando muitos colegas de partido de V.Ex^a e de partidos de oposição ao governo, do qual honrosamente fiz parte e trouxemos muitas melhorias para o Estado, como o atual governador tem procurado trazer.

Havia uma oposição aqui e os tempos eram outros. Hoje, há uma lei que obriga a transparência. É em respeito a essa lei da transparência e o dever constitucional de fiscalizar que eu quero a senha.

Quero que implante um sistema novo aqui para que possamos acompanhá-lo. Isso não é perda de tempo, porque senão serei obrigado a voltar a erros do passado. Portanto, não cabe a mim.

Acho que as coisas erradas devem ser mostradas em discussão entre os deputados. Os erros continuam sendo cometidos nesta Casa diuturnamente. Mas o dever de fiscalizar, infelizmente, queira ou não queira, eu tenho que exercer.

Agradeço o aparte de V.Ex^a.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Eu agradeço e concedo um aparte ao deputado Targino Machado e depois ao deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Targino Machado:- Cara deputada Kelly Magalhães, eu não acho que nenhuma discussão, aqui, seja à toa.

Eu discordo da forma como foi travada a discussão – em desobediência ao Regimento Interno da Casa – entre o deputado Gaban e o deputado Rosemberg Pinto. Mas tenho que reconhecer que não foi infrutífera a discussão. Não foi um mero bate-boca de deputados. Embora isso pudesse ser feito de outra forma, em discussão em outro momento, nas comissões temáticas, na tribuna desta Casa, por aparte, inclusive.

Mas discordo de V.Ex^a quando diz que ontem o presidente, que quis manter a ordem, foi admoestado; foi constrangido. Eu fui o vetor do constrangimento, deputada Kelly Magalhães. E tenho de recomendar a V.Ex^a que leia as notas taquigráficas para ter ciência do que aconteceu, de fato, aqui ontem.

Eu pedi uma questão de ordem, citando um dispositivo regimental, porque é assim que faço. Faço questão de conhecer o Regimento, e conheço. Já estava aqui

para fazer uma questão de ordem citando o artigo 152, caso V.Ex^a não me concedesse o aparte, depois de ter concedido a outro deputado.

Portanto, quero dizer a V.Ex^a que estou absolutamente tranquilo, porque não feri nenhuma norma regimental no dia de ontem. E faria tudo de novo, porque eu, como a senhora, não vou abrir mão da defesa intransigente dos meus direitos. De jeito nenhum, notadamente quando esses direitos me foram conferidos por delegação popular.

Muito obrigado pelo aparte concedido por V.Ex^a.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Eu é que agradeço, deputado Targino Machado.

Com o aparte o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputada Kelly Magalhães, camarada do nosso partido, quero parabenizá-la pelo pronunciamento que V.Ex^a faz.

V.Ex^a fala de duas questões importantes. Inicialmente, sobre a questão do bom senso nas questões de ordem, tendo em vista que temos o tempo dos partidos, das representações, do Grande Expediente, portanto, não precisa utilizar o mecanismo da questão de ordem para colocar seus posicionamentos. Acho que isso é uma coisa que dever ser exercitada por todos os parlamentares desta Casa.

A segunda questão, diz respeito ao conteúdo de sua fala sobre os avanços que nós conseguimos aqui no Brasil e na Bahia. Foram avanços consideráveis.

Nós precisamos, evidentemente, avançar ainda mais, mas era inimaginável pensar em erradicar a extrema miséria no Brasil. O último ato da presidenta Dilma Rousseff erradica de vez a extrema miséria no Brasil com a concessão do Bolsa Família para 2,5 milhões de pessoas, entre os 22 milhões de brasileiros favorecidos pelo Bolsa Família, num incentivo para que elas saiam da linha da miséria. Isso é uma conquista da democracia, uma conquista da sociedade, uma conquista dos governos Lula e Dilma.

Era inimaginável ouvirmos, hoje, que o Brasil não deve mais ao FMI. E aí algumas pessoas fazem confusão por falta de conhecimento ou por má-fé, já que o Brasil não deve mais nada ao Fundo Monetário Internacional. O nosso País ainda tem dívida externa, particular e dívida, mas isso é outra coisa.

Os movimentos sociais reivindicavam nas passeatas, nas manifestações “fora daqui o FMI!” Essa palavra de ordem tinha sentido. Por que tinha sentido?...

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Deputado Álvaro, para concluir.

O Sr. Álvaro Gomes:- Só concluindo, nobre deputada Kelly.

(...) Porque o FMI quando chegava ao Brasil dava as ordens. Devíamos a essa instituição, e ela, em contrapartida, determinava os caminhos da economia nacional, ferindo a nossa soberania. A palavra de ordem “fora daqui o FMI!” tinha sentido. E Lula conseguiu pagar essa dívida, por isso, hoje, esse fundo não manda mais no Brasil.

Nobre deputada Kelly Magalhães, parabéns pelo seu pronunciamento. Conquistamos grandes avanços. Só citei dois, mas há outros que eu poderia mencionar, mas não há mais tempo.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Não há.

Deputado Joseildo, vou dar 1 minuto a V.Ex^a.

O Joseildo Ramos:- Deputada Kelly, quero dizer-lhe que teremos bastante tempo para aprofundar esse debate acerca dos 10 anos do governo do PT e dos seus aliados.

Mas eu gostaria de chamar a atenção neste momento para algo que nos incomoda desde o início desta legislatura, tanto a mim, que estou no meu primeiro mandato, quanto a diversos parlamentares mais antigos, de todas as matizes, de todos os partidos. Refiro-me ao nosso Regimento Interno, instrumento que deveria definir as regras, os critérios do funcionamento de um Poder de Estado levando em conta os direitos da Minoria e da Maioria.

Mas esse Regimento não nos serve. Sabemos disso. E todos os dias, a todo instante, somos testemunhas do resultado da vacância do seu conteúdo. Então está na hora deste Parlamento se debruçar para resolver em definitivo essa questão.

Isso já foi levantado como mantra, mas parece que estamos aqui fazendo de conta. Garanto que todos os deputados que se manifestam contra o Regimento Interno não o fazem com razões casuísticas. Agem assim porque o conteúdo, o texto desse Regimento nos envergonha, não nos serve mais. Acho que já está mais do que na hora de, preventivamente, enfrentarmos essa questão, até para evitarmos atitudes discricionárias, a desordem nas discussões, sejam elas quais forem, em relação aos conteúdos que porventura aconteçam. É preciso ter o mínimo de regra, de ordenamento para que não fiquemos desse jeito, ao sabor das circunstâncias a cada dia em que estamos cumprindo aqui a nossa jornada de trabalho.

Ao parabenizar V.Ex^a pelo discurso que profere da tribuna, aproveito esta oportunidade para fazer esse apelo à Casa.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, queria apenas pedir desculpas ao deputado, colega e sempre amigo, já que não vou poder conceder o aparte pelo falta de tempo. Concederei em outra oportunidade.

Quero apenas, para finalizar, dizer ao deputado Gaban que não contestei a discussão sobre a senha, sobre a vinda do secretário, sobre a fiscalização das contas, porque é um direito e uma obrigação. O que estamos discutindo, e faço minhas as palavras do deputado Joseildo Ramos, é que não dá para trazer um tema como esse numa questão de ordem, já que não é uma questão de ordem. Trata-se de um debate que cabe daqui desta tribuna. Se houver contra-argumento, que seja também da tribuna com direito a aparte, mas no momento em que tratamos isso como questão de ordem perde força o Regimento Interno. Peço desculpas se também ficou esta dúvida, peço desculpas ao deputado Targino Machado se acha que houve desentendimento da minha parte. O que eu quero esclarecer é que, de fato, é preciso ordenamento para se saber o que é questão de ordem. O que é questão de ordem? É debater isso que foi colocado aqui hoje? Imagino que não. E é preciso se repensar, se refazer e se construir um Regimento Interno que esteja à altura.

Finalizo agradecendo a todos e quero fazer um debate maior e mais especial aqui sobre os temas que interessam a esta Casa. Hoje fui para a Comissão de Saúde,

mas por um acordo com nosso Líder da Bancada estou pedindo para fazer a troca com o deputado Euclides Fernandes, Líder do Bloco, que já aceitou que amanhã será encaminhado. Faço questão de fazer parte da Comissão do Meio Ambiente e parabeno os deputados Leur Lomanto e Marcelino Galo, que assumiram a presidência e a vice-presidência. Quero discutir em Barreiras, no berço da maior riqueza natural que temos, o Rio de Ondas, o tálho, que é o minério que está sendo explorado por grandes empresas, quais são os seus impactos e prejuízos. É esse o debate que nós queremos fazer com a Comissão de Meio Ambiente naquela cidade, e com certeza esse é um dos papéis desta Casa. Isso diz respeito ao futuro do Estado, isso diz respeito ao Meio Ambiente, isso diz respeito às futuras gerações e com certeza é papel nosso fazer esse debate.

Ao encerrar, saúdo também o presidente Jonas Paulo parabenizando-o pelo Título de Cidadão Baiano que recebeu na última sexta-feira, sem dúvida reiterando aqui o que disse saudando os 10 anos do governo do PT e a transformação que este País está vivendo positivamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelos apuradores.)

O Sr. PRESIDENTE (Caca Leão):- Agradeço à deputada Kelly Magalhães.

E, somente para esclarecer este tema, já conversei com o deputado Sandro Régis pedindo que leve à reunião da Mesa Diretora para ser tratado. Agora, em relação à questão de ordem, o deputado que a proferiu tem 5 minutos para fazer a indicação do assunto. Não cabe a quem está aqui em cima presidindo esta sessão, o Legislativo neste momento, descobrir, pois eu não tenho bola de cristal para descobrir e para censurar a palavra. Cabe a mim o bom senso de ceder a questão de ordem a um e a outro para que possam fazer esse contraponto. O bom senso cabe ao deputado, ao parlamentar que esteja fazendo uso desse procedimento que está no Regimento Interno e é praticamente cabível.

Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, nobre deputado Cacá, eu gostaria de fazer uma solicitação de comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Caca Leão):- V.Ex^a como Líder da sua Bancada tem esse direito. Um comunicado inadiável ao nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- O Sr. Presidente fica muito bem nessa cadeira. E comece a fazer o seu treinamento para 2015, quando será a nova eleição da Mesa e contará também com a discussão do nosso apoio.

V.Ex^a foi muito feliz quando trouxe a equação sobre a questão de ordem. Porque nesta Casa acontece isto, o deputado tem 5 minutos para contextualizar a questão de ordem para depois apresentar a dúvida sobre o Regimento. A praxe na Casa é diferente disso. Só se houvesse uma reforma, não digo nem do Regimento totalmente, mas algumas coisas poderiam ser emendadas com a boa vontade dos 63 parlamentares para que a gente pudesse caminhar de uma forma melhor. Será que existe vontade política para que todos os deputados queiram fazer isso? Acho que a

deputada Kelly está cobertíssima de razão, mas fica esse questionamento que é a praxe da Casa realmente.

A comunicação que aproveito e faço é para agradecer a todos os colegas que estiveram hoje aqui e foram signatários da nossa Frente Parlamentar em Defesa das Filantropias das Santas Casas, porque nós estamos acompanhando em todo o Estado da Bahia as dificuldades por que elas passam. Em Santo Antônio de Jesus, o Hospital Luiz Argôlo, que é uma Santa Casa, passa por grandes dificuldades. E V.Ex^a também milita lá nesse grande município. Nós estamos vendo isso aqui em Salvador, a Santa Casa da Misericórdia como diversas outras além das que existem em Jequié.

Então obtivemos mais de 21 assinaturas necessárias, segundo o Regimento Interno, para esta criação que será uma frente suprapartidária. Mais de seis estados já criaram em suas assembleias legislativas. Já temos, na Câmara Federal, com o deputado federal Antônio Brito e, agora, na nossa Câmara Municipal, com o professor e vereador Edvaldo Brito.

Quero agradecer a todos. Em breve, aqueles, que tiverem interesse em participar, poderão encaminhar os nomes. Inclusive já demos entrada na Presidência para fazermos parte desta frente suprapartidária.

Agradeço, mais uma vez, a todos os deputados e deputadas que colaboraram pela criação dessa frente parlamentar.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, o deputado Zé Raimundo falará por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobre deputado Cacá Leão, acompanhado do nobre José de Arimatéia, um experiente deputado, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, amigos que nos ouvem, em primeiro lugar, quero cumprimentar o amigo e presidente da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, Fernando Vasconcelos, aqui presente, da mesma forma que inúmeros prefeitos e lideranças do Sudoeste da Bahia que, ontem e hoje, se dirigiram a Salvador, a fim de visitar vários órgãos, acompanhando as primeiras iniciativas do nosso governo neste novo ano.

Vários prefeitos visitaram a Casa Civil, a Serin, a Cerb, o secretário de Infra-Estrutura, o secretário de Saúde, a Embasa, a CAR, o Derba, Sedur, Conder. Esses prefeitos estão assumindo, pela primeira vez, a gestão em vários municípios.

Refiro-me aos amigos Gil Rocha de Guajeru, Wagner de Iuiu, Alex de Presidente Jânio Quadros, Ed Carlos de Maetinga, Dr. Alcides de Encruzilhada, Heráclito de Mortugaba, Neto de Ibiassucê, Ceará de Malhada de Pedras, Guto de Condeúba, Vavá de Cordeiros, Dr. Dorival de Urandi, o companheiro Bonfim de Poções, vereadores, dirigentes municipais.

Este foi um primeiro contato para que os municípios, representados por essas

lideranças, possam ter acesso aos programas do governo Jaques Wagner e possam planejar suas atividades de forma científica, racional, principalmente em parceria com as ações do governo do estado. Por isso fiquei muito feliz pelo fato de hoje, ao lado do deputado federal Waldenor Pereira, ter recebido esses amigos. Outros virão, prefeitos e prefeitas, outros deputados votados nesses municípios que têm o apoio, a exemplo do nosso querido Jean Fabrício.

Trabalhamos muito naquela reunião. Naturalmente, estarão visitando outros gabinetes para potencializar ações do governo Wagner para o Sudoeste da Bahia, para o Médio São Francisco e para a Serra Geral.

Sr. Presidente, quero também falar da grande alegria que foi a presença do governador Jaques Wagner no município de Iuiú no último sábado. O governador, o vice-governador Otto Alencar, vários secretários, mas, principalmente, muitas lideranças do Médio São Francisco do Vale do Iuiú estiveram lá com Dr. Vadinho e com o vice-prefeito Edinho, com os nossos vereadores e com o companheiro Mela do Partido dos Trabalhadores.

Foi entregue uma grande obra naquela região, qual seja, a estrada BA-160 que liga Iuiú à BR-030. Além disso, foi o momento em que o governador Jaques Wagner informou, para muitas lideranças, o andamento de muitas obras de infraestrutura naquela região.

Todos acompanharam no início do governo, ou melhor, no final do ano passado, a decisão de Wagner de autorizar muitas obras em estradas, por exemplo, a estrada de Sebastião Laranjeiras a Palmas de Monte Alto; a estrada de Guajeru a Malhada, de Malhada a Rio do Antônio; a estrada de Jânio Quadros-Maetinga, ligando a BA que passa de Anagé para Brumado; a BA que liga também a sede do município de Ribeirão do Largo à estrada Vitória da Conquista-Ilhéus; na região de Itororó no sul da Bahia, enfim, os amigos tiveram lá a comprovação do compromisso do governador Jaques Wagner com aquela região.

Portanto, Sr. Presidente, estou muito feliz em ver que o governo continua atuando. São obras em todos os cantos da Bahia. E, ontem mesmo, tivemos a notícia, aqui em Salvador, com o Dr. Jorge Solla, de uma importante ação na área da Saúde. Ele estará, na próxima sexta-feira, em Vitória da Conquista, discutindo com a prefeitura do nosso partido, hoje governada pelo prefeito Guilherme Menezes; com Fernando Vasconcelos, presidente da Câmara de Vereadores e com os nossos vereadores, com a sociedade civil, estratégias para melhorar a urgência e emergência na região do Sudoeste da Bahia, e que tem no Hospital de Base o grande hospital-âncora de toda a região de norte de Minas. Dr. Jorge Solla também visitará os hospitais da cidade para ver como melhoraremos, de forma mais rápida, as ações de urgência e emergência.

Eu dizia que, ontem, o Dr. Jorge Solla anunciou que no dia 4 ele estará, junto com o governador Jaques Wagner e com o Ministério da Saúde, acolhendo algo em torno de 800 médicos, presidente da Comissão da Saúde, José de Arimatéia, 800 médicos que vão trabalhar no sistema público, na atenção básica, dentro de um programa nacional, o Provac. No Estado da Bahia, este programa está apoiando...

Para quem não sabe, são R\$ 8.000,00 por médico, recursos federais – é uma bolsa inicial. E municípios com Planalto, próximo a Vitória da Conquista, vai receber nove médicos. Salvador, mais de 100 médicos; Camaçari, 19 médicos – diz aqui a nossa querida Luiza Maia. Salvador receberá 112 médicos para a atenção básica, mostrando que o nosso governo prioriza, de fato, a saúde. Dr. Jorge Solla tem desenvolvido um grande esforço – além da construção de inúmeros hospitais em todo o Estado da Bahia vem agora trabalhando para apoiar os municípios na atenção básica, na média complexidade, equipando hospitais, mas também cobrando dos prefeitos parcerias em consórcios para melhorar a atenção básica, a média e alta complexidade.

Por isso, é com muita alegria que, já no início deste ano, o governador Jaques Wagner sinaliza com muitas ações na área da Saúde e na área da Infraestrutura em toda a Bahia, em todo o Sudoeste da Bahia.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de, rapidamente, referir-me a esse debate da questão da transparência. Ora, é claro que é muito importante, e, às vezes, é melhor a voz da oposição do que a repetição da situação. É claro que uma oposição inteligente e responsável, e eu diria que aqui nesta Casa temos muitos momentos de inteligência e de responsabilidade da Oposição, criticando de forma embasada o governo, mas, também, há horas que alguns membros da Oposição exageram, fazem a crítica pela crítica, num lugar comum, sem nenhum fundamento. Essa questão da transparência, é obvio que o nosso partido, com os partidos aliados, é o governador Jaques Wagner, que assumiram historicamente essa responsabilidade. E disse muito bem aqui o deputado Gaban. Ora, se hoje existe uma Lei de Transparência, essa lei foi construída pelos movimentos sociais e pelos nossos governos, pelos nossos partidos.

No passado, certa ocasião, eu era gestor em Vitória da Conquista, prefeito da cidade, saiu uma licitação do governo do Estado para fazer uma avenida dentro da cidade sem que o prefeito, sequer, fosse avisado. E era uma avenida importante, evidentemente, não poderia ficar contra. E corri pelo menos para ter acesso ao edital completo, e todos os órgãos me diziam: não está no Diário Oficial. Mas no Diário Oficial, todos sabem, é o extrato da licitação, é o resumo da licitação, do detalhamento.

E foi uma luta, e não tive, sequer, durante o período inicial, o acesso, só muito tempo depois quando a avenida estava construída, quando deu um problema numa ponte e que a prefeitura foi a responsável por consertar é que fomos ter o acesso à licitação para vermos se a empresa construiu de acordo com o que estava ali no padrão.

Então, portanto, quem pode falar de transparência é a Oposição, é legítima sua manifestação. Mas temos esses partidos aliados, o Partido dos Trabalhadores tem uma tradição em defesa da democracia. Claro, esse debate traz para nós também um outro desafio, que é o de superar a democracia formal representativa e avançarmos na democracia do controle social, na democracia direta.

Por isso, Sr. Presidente, esse debate é salutar, e como disse a deputada Kelly Magalhães, não pode ser feito em apartes. Aparte é momento de dois e três minutos, é

para encaminhar o Regimento e os debates desta Casa. O debate sobre a transparência tem que ser feito de forma madura, radical, inclusive, deputado Álvaro, colhendo a experiência de Cuba! Porque tinha democracia direta com os seus limites, com seus modelos socialistas. E vamos visitar, Álvaro, estarei na sua delegação, vou voltar a Cuba e quero ver as transformações que estão lá sendo implementadas.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos. Mas antes gostaria de registrar a presença do vereador Paulo Roberto, de Lapão, e os representantes do Partido dos Trabalhadores do município, aqui a pedido do nosso querido deputado Bira Corôa.

A Sra. Kelly Magalhães:- Sr. Presidente, pelo tempo de 10 minutos, falará agora o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, queria fazer aqui um breve comentário sobre a questão do Regimento. Acho que o Regimento pode sofrer algumas alterações e pode ser aperfeiçoado. Há pleno acordo sobre essa questão. Agora, é preciso que entendamos que o problema central não está nele. Ele é muito claro em muitas questões. Por exemplo, a maioria das questões de ordem que fazemos aqui não são efetivamente questões de ordem. Esse não é um problema do Regimento, esse é um problema nosso que não cumprimos rigorosamente o Regimento. Segunda questão, ele diz, por exemplo, que você só pode conceder uma outra questão de ordem após resolver a primeira questão de ordem.

Por exemplo, peço uma questão de ordem para uma verificação de *quorum*. Aí, diante dessa situação, um outro deputado pode pedir uma questão de ordem para discutir a questão da verificação de *quorum*. Só e somente mais um. É um que pede a questão de ordem e outro que pede para contestar. Mais nenhuma outra questão de ordem cabe antes de resolver essa primeira. Então, se várias pessoas pedem questões de ordem e a Mesa concede, aí não é um problema do Regimento, é um problema do nosso comportamento e posicionamento aqui. Esse é outro exemplo.

Segunda questão, não existe nenhum impedimento de se pedir questão de ordem quando o orador está falando. Determinadas questões de ordem podem inclusive interromper o orador. Não há nenhum problema nisso. É claro que se puder esperar o orador terminar o seu argumento, é bom, e o bom senso aponta para que se espere o orador terminar, por uma questão até de educação. O orador está falando e alguém quer interromper com uma questão de ordem podendo esperar.

Mas, por exemplo, o prédio está incendiando, aí um deputado pede uma questão de ordem para interromper, ele pode interromper mesmo. É uma questão de bom senso. Na realidade, não existe qualquer proibição de interromper o orador para

uma questão de ordem. Se, efetivamente, for uma questão de ordem regimental.

Concedo um aparte rápido ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Álvaro Gomes, gostaria de parabenizá-lo, pois o Regimento Interno pode começar a funcionar efetivamente se ele for respeitado, o que não aconteceu no decorrer dos anos. Criaram-se várias jurisprudências, vários acordos foram feitos entre Líderes, e hoje o Regimento praticamente não funciona. Acho que temos que mudar o nosso comportamento com relação ao Regimento existente, respeitando-o. Lógico que temos que fazer algumas adequações, como com a instalação do painel eletrônico. No Regimento antigo estava dito que se o deputado estivesse circulando pelas redondezas da Casa, considerava-se a presença dele no Plenário. Foram pequenas adequações.

Mas o mais importante, eu concordo com V. Ex^a, é mudar o nosso comportamento, respeitando o que está escrito, e fazer apenas pequenas adequações. Esse, eu acho, é o caminho.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Na realidade, eu acho que é isso. Temos que ter bom senso em qualquer circunstância e cumprir rigorosamente o Regimento e fazer as adequações necessárias. Mas eu não compartilho com a ideia de que todos os problemas da Assembleia, os principais problemas são em razão de um Regimento atrasado, um Regimento ultrapassado, ou coisa parecida.

Ele precisa de adequação? Precisa. Mas não são todos os problemas que são gerados como consequência do atual Regimento. Acho que precisa ser modernizado, aperfeiçoado, melhorado, adequado, mas, em primeiro lugar, nós precisamos entender o Regimento e fazer com que ele seja efetivamente cumprido.

Com o aparte o deputado Targino, depois, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Targino Machado:- Obrigado, deputado Álvaro. Na verdade, o Regimento já foi várias vezes modificado, uma série de alterações já compilada a sua forma. Concordo com V. Ex^a e com o deputado Gaban, não considero o Regimento com culpa alguma. A norma que existe é essa e precisa ser cumprida.

Quero dizer a V. Ex^a que discordo apenas de uma afirmação de V. Ex^a que a questão de ordem não deveria ser solicitada com o orador na tribuna. Desde que quem solicita a questão de ordem se refira a que dispositivo, a que alínea, com base em que artigo fundamenta a sua questão de ordem, em qualquer tempo. Por uma razão, deputado Álvaro. Porque a questão de ordem, dizia eu há pouco aqui, precisa ser, muitas das vezes, contemporânea com o fato. Então se o deputado Álvaro está na tribuna, e, a meu ver, a meu juízo, surgiu daí, da sua fala a motivação para uma questão de ordem, eu vou ter que interromper V. Ex^a, ou V. Ex^a a mim.

Agradeço pelo aparte e parabenizo V. Ex^a pela defesa da nossa “bíblia” aqui.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Deputado Targino, V. Ex^a talvez não tenha entendido o que eu falei, Eu falei exatamente o seguinte: a questão de ordem pode interromper o orador em qualquer momento. Eu falei isso.

O Sr. Targino Machado:- Então retiro o que eu disse.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O que eu ponderei foi que se a questão de ordem não for algo muito urgente, por uma questão até de deferência, por uma questão de

não desconcentrar o orador, que o bom senso aponta deixar o orador concluir. Mas, se necessário... Eu citei até o exemplo do incêndio, está incendiando o prédio, questão de ordem, o prédio está incendiando, um exemplo até exagerado, mas para mostrar que a questão de ordem pode interromper um orador em qualquer momento da sessão.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a continua incendiário, é o Álvaro que conheci de 20 anos atrás.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concedo um aparte ao deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Álvaro Gomes, não tão incendiário quanto antes. Hoje mais ameno, mais calmo, mais tranquilo, em muitos casos atuando como bombeiro, segurando na mangueira para apagar o fogo.

Mas essa questão do Regimento é interessante, porque a questão não é o Regimento. O Parlamento é muito dinâmico. Eu não sou um deputado regimentalista como é o deputado Targino Machado, mas creio que não adianta mudar o Regimento, engessar as discussões na Casa, engessar o Parlamento, porque as discussões são dinâmicas.

O presidente de uma sessão quando lhe é solicitada uma questão de ordem, ele não sabe o que o deputado vai falar. Se é uma questão relevante ou irrelevante. Então, quando se coloca muita discussão, a culpa é do regimento. Esse Regimento aqui já foi compilado, já foi mudado várias vezes e continuará sendo e sempre haverá alguém descontente para dizer que a culpa está no regimento.

Eu quero concluir as minhas palavras para dizer o seguinte: em qualquer regimento, qualquer que se faça, vai ter problemas. Em qualquer Parlamento, no mundo, vai se arguir o Regimento e haverá aquele que vai dizer que o regimento é *démodé*, é arcaico e que não contempla a contemporaneidade.

Então, meu caro deputado Álvaro Gomes, pode-se mudar o Regimento, mas sempre haverá um descontente com o Regimento na mão, que ele está arcaico, que ele está caduco. Isso faz parte das discussões, faz parte da efervescência que é esta Casa, que é uma Casa plural, 63 deputados pensando de forma diferente, com as suas vaidades, com seus interesses em choque, então, pode transformar o Regimento, pode mudar, mas haverá sempre alguém a arguir, dizendo que o regimento está caduco, está arcaico, está *démodé*.

O Sr. Álvaro GOMES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso, infelizmente não vou poder abordar outro assunto, porque o tempo já terminou, mas queria só concluir, dizendo que o Regimento precisa, efetivamente, ser observado e se necessário...

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) fazer as adequações para o aperfeiçoamento da democracia aqui nesta Casa Legislativa, mas o Regimento, efetivamente, não é o responsável pelos problemas desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao Nobre Líder do

Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sra. Kelly Magalhães:- Falará pelo tempo de 10 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra o nobre deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, você que nos assiste através da TV Assembleia.

Mais uma vez, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para convocar todo o povo querido da minha Princesa do Sertão, onde nós teremos uma audiência pública que estava marcada para o dia 07 de março, às 9 h, na SDL e devido ao apelo do deputado José Neto, do deputado que me procurou ontem, Carlos Geilson que recebeu uma ligação da secretária municipal de saúde da Princesa do Sertão, Dra. Denise Mascarenhas, o adiamento da data para o dia 13, onde o secretário também de Saúde do Estado da Bahia, Dr. Jorge Solla, já confirmou a sua presença, segundo o Líder do Governo, José Neto, para o dia 13.

Vendo a situação, o que está sendo discutido, através da imprensa, a publicização da gestão do hospital, não só do Clérison Andrade, mas também do Hospital Manoel Vitorino, hospital de referência de auto-trauma, como representante da cidade de Feira de Santana eu mandei um convite para o deputado Carlos Geilson, para o deputado Targino Machado, também para o Líder do Governo José Neto, para o secretário Dr. Jorge Solla, que essa audiência pública seria dia 07. Então, tendo em vista que a discussão desse assunto deve contar com a participação dos representantes de Feira de Santana em conjunto, porque acho que uma discussão como essa não podemos levar para o lado do partidarismo, temos que levar para o lado do consenso, para o lado daquilo que a população acha que é melhor, porque sabemos que a saúde é um dos pilares que a população mais tem cobrado de melhor qualidade, de melhor atendimento.

Como presidente da Comissão de Saúde, passei os dois primeiros anos como presidente e agora, retornando, renovando o mandato como presidente daquela Comissão,(...) amanhã estaremos instalando, oficialmente, a Comissão, apesar de já ter sido publicado os nomes dos membros que irão compô-la, não instalamos hoje porque faltou o Líder da Oposição encaminhar os nomes dos membros, o que está sendo feito hoje e amanhã publicado e consequentemente amanhã, às 11h, estaremos oficializando a Comissão de Saúde.

E, com certeza, esse será o primeiro ato da Comissão, deputado Marcelino Galo, porque é um assunto que está, neste momento, mobilizando a cidade de Feira de Santana. Existe uma preocupação dos funcionários, existe também a preocupação da própria população, e essa audiência pública com a participação do secretário, por isso que adiamos a data, devido à importância que o secretário tem como gestor, um secretário que realmente tem feito um bom trabalho, trabalho que tem repercutido no Estado da Bahia a preocupação do governo do Estado coma Saúde e na pessoa do secretário Dr. Jorge Solla, que estará presente.

Daí estaremos também como presidente da Comissão de Saúde e colegiado presentes nesse dia 13, a data foi adiada do dia 07 para o dia 13, na cidade de Feira de Santana com a presença do secretário, com a presença de pessoas que realmente já vão mostrar como vai funcionar o Cleriston Andrade. Eu acho que isso é fundamental!

Então, faço aqui um apelo, desde já, que essa audiência pública não seja para uma discussão política. Não podemos olhar para a questão de partido, mas temos que olhar aquilo que vai ser bom para a população. Não podemos ser radicais. Acho que a Oposição, que é um direito de cada fazer o contraditório, é importante, agora, não podemos ter uma audiência só para discutir quem vai fazer ou quem não fez, quem não faz.

Temos que encontrar uma saída, a solução para resolver o problema, e tenho certeza que o Hospital Cleriston Andrade, que já é um hospital que tem atendido não só a Feira de Santana, porque a questão do Hospital Clérison Andrade, Srs. Deputados, não é só para Feira de Santana, a discussão vai ser para beneficiar Feira e as outras cidades que também precisam do Hospital Clérison Andrade.

Então tenho certeza de que, com a presença do secretário Jorge Solla e dos deputados que representam a cidade, como já citei aqui, encontraremos aquilo que for melhor. E quem vai ganhar com isso não é o partido a, não é o partido b. É o povo. É isso que temos de discutir aqui. Estamos ainda em 2013. Em 2014 é quando começa a se formar o cenário já para quem vai governar em 2015. Aí, sim, começam as discussões.

Agora, nós trazemos para esta tribuna ou para audiência pública acusações, coisas que não venham somar para ajudar o povo... O povo não quer mais ir a audiência pública para ouvir discussões, farpas, não. O povo quer ir para sair dali dizendo assim: “Olha, agora a saúde vai funcionar dessa forma”. Já funcionou de uma forma e não deu certo, já funcionou no tempo do governo a, não deu certo. Mas desta vez, pelas estatísticas, pelos números, por essa apresentação de dados que vai ser feita no Hospital Clérison, aí sim.

Então vamos acreditar, vamos confiar. Estamos num momento democrático de direito. E não podemos criar problemas maiores para a população. Quando existe a divergência, tem de haver os diálogos. Aí, tenho certeza, deputado que preside esta sessão, essa audiência pública realmente encontrará uma solução. E daí vamos discutir a situação do Hospital Manoel Victorino, aqui de Salvador. Ele igualmente é um hospital de referência que está dentro desse projeto de publicização de gestão, e tenho certeza de que também estará prestando um grande serviço.

O outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de deixar registrado é que amanhã, quando instalarmos a Comissão de Saúde, vamos voltar a pedir o apoio da população e dos Srs. Deputados para que o *Assine + Saúde* possa avançar. E hoje, Sr. Presidente, eu trago aqui um dado que me faz ter mais esperança ainda de que esse Projeto Assine + Saúde possa ter um resultado mais positivo. Sabe por quê? Porque a Receita Federal bateu recorde de arrecadação no ano passado, de 2011 para 2012. E sabe quanto o governo federal arrecadou de impostos, deputado Gaban? Cento e dezesseis

bilhões. Então, o Projeto *Assine + Saúde* é pedir que a União também venha a ter com os municípios e os estados o compromisso de repassar 10% do valor bruto do que ela arrecada. São 10%. Se a União determina 12 para os estados, se determina 15 a emenda 29, por que o governo federal não pode determinar 10% para ele próprio repassar?

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Então, com esse resultado aqui, tenho certeza de que nós, da Comissão de Saúde, estaremos dando continuidade ao *Assine + Saúde*. E baseado nesses dados o recurso pode, sim, ajudar muito a saúde pública não só do Estado da Bahia, mas também do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre deputado Bruno Reis. Confesso a V.Ex^a que já estava com saudade de vê-lo nessa tribuna.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, é a nossa reestreia nesse segundo biênio. Então, é com muita alegria que cumprimento todos os telespectadores da TV Assembleia, todos das Galerias, os profissionais da Imprensa, os profissionais desta Casa.

O que me traz à tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, é o fato de o Estado ter se calado perante as denúncias da Oposição de que as contas públicas estavam arruinadas. Contra fatos não há argumentos. Foi por isso que o Estado silenciou-se, foi incapaz de contestar as denúncias da Oposição de que havia um rombo de 2,6 bilhões, demonstrado no final do ano no caixa do Estado. Hoje conversava com lideranças do interior, com prefeitos do interior e ouvi de muitos deles que o Estado não paga, nobre deputado Gaban, há 7 meses, não repassa os recursos do SAMU. Há mais de 3 meses não repassa os recursos dos profissionais dos PSFs, até os recursos das AIHs estão atrasados. Encontrei na hora do almoço, no restaurante, um fornecedor do Estado da área de medicamentos. Disse-me que está desde agosto sem receber!

O que denunciemos, a oposição, em relação ao Governo do Estado de estar retirando recursos das contas vinculadas para cobrir o seu rombo está evidenciado nesses depoimentos. Recursos carimbados da saúde, da educação que estão sendo utilizados para custear despesas correntes desse Governo. As despesas cresceram significativamente. Hoje o Estado ultrapassou o limite prudencial com o funcionalismo. As despesas do Estado estão dependendo dos repasses, dos recursos de financiamentos que esta Casa aprovou e que por diversas vezes, aqui nesta tribuna, manifestamo-nos dizendo que era necessária a apresentação do Plano de Trabalho para evitar que o Estado recorresse a organismos internacionais, recorresse a bancos de Fomento para pleitear empréstimos e custear despesas correntes. É isso que o Estado está aguardando. Caíram 5 bilhões de reais, que deveriam ser utilizados para investimento em obras de infraestrutura, para o Governo custear despesas com diárias, com a publicidade enganosa, com compra de equipamentos, com pagamento

de locação de veículos. Esta não é a boa prática. O governo precisa pagar uma série de empreiteiros que estão há mais de 8 meses sem receber.

Os profissionais, os empresários da área de terceirização de mão-de-obra também estão sem pagar os seus contratados porque o Estado não honra seus compromissos. Esta semana foram os terceirizados da Uneb que paralisaram. Por quê? Por falta de pagamento. E aí, nobre deputado Gaban, a desculpa que o secretário do Planejamento utiliza é que os pagamentos não estão sendo realizados, porque houve uma mudança no sistema de Sicof para Siplan, e por conta disso o Estado não está honrando os seus compromissos.

O secretário do Planejamento, que foi capaz de quebrar a Petrobras, agora está quebrando o governo do Estado da Bahia. Isso é uma desfaçatez, é uma mentira, é procurar justificativa para o rombo, porque hoje é preocupante a situação financeira, a saúde do Estado. São mais de R\$ 2,6 bilhões. Então, se esse governo não corrigir o seu rumo, as contas, ao final do mandato do atual governador Jaques Wagner, não poderão ser fechadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Agradeço ao nobre deputado Bruno Reis e concedo a palavra ao nobre deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, é com pesar que eu assisti ao pronunciamento do deputado Bruno Reis, que fez um esforço para ser objetivo, demonstrou absoluto poder de síntese, fez um discurso com conteúdo. E eu lamento profundamente, deputado Bruno Reis, que esse esforço todo tenha sido para falar para um Plenário vazio.

Eu não sou aqui paladino de nada, não quero ser fiscal de mandato nenhum, mas nós precisamos, pelo menos, criar uma regra, estabelecer regras de convivência. Que esta Casa, para ter as suas sessões, pudesse manter aqui, de um lado e de outro, a participação mínima dos parlamentares. Porque o que é que pensarão aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia* vendo o deputado Bruno falar para as cadeiras vazias? Qual é a vontade que eu posso ter de desenvolver o raciocínio, esforçar-me para buscar informações e trazê-las para este Plenário e falar para um Plenário que não demonstra interesse em discutir a vida da Bahia e a vida dos baianos? Isso é lamentável.

E quero dizer que Octávio Mangabeira – grande governador e pensador que a Bahia teve – já dizia: “Conte-me um absurdo, e na Bahia tem precedente”. E falando de segurança pública, quero dizer, deputado Gaban, vimos a *Rede Globo* informar que na Bahia existe, na Polícia Militar, uma arma para dois soldados, um colete à prova de balas para quatro soldados. Sou obrigado a dizer hoje que este é o Estado “Saci Pererê”, porque em terra de Saci uma calça dá para dois. Na Bahia, uma arma dá para dois soldados e o funcionário público arrisca a vida a todo momento para proteger a sociedade ganhando salário de miséria. Porque a Polícia Militar precisava ganhar melhor, ser mais bem remunerada, ser mais bem tratada tratada, morar melhor,

para não ficar como estão hoje os soldados, que ao irem para suas casas, nos bairros periféricos onde moram, não podem nem ir com os coturnos nos pés para não serem identificados como policiais, as fardas são lavadas e secadas dentro de casa, porque se forem para o varal eles correm risco de a bandidagem executá-los nos dias seguintes. Então a Polícia Militar é maltratada, vilipendiada.

Quero poder falar da saúde pública da Bahia, trazer dados a respeito da matéria. Gostaria de falar para todos e cada um dos deputados desta Casa com o plenário cheio. Isso aqui não é sessão espírita que não precisa da presença de ninguém. Para isso, bastam as presenças de dois ou três médiuns, porque os espíritos fazem as vezes dos presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Então, aqui na Assembleia Legislativa da Bahia, ao invés de estarmos dirigindo, tentando descobrir cabelo em ovo, fazendo críticas ao Regimento, em primeiro lugar, precisávamos vir para aqui bater continência, sermos presentes nesta Casa, entender que não existe meio ladrão, não existe meia gravidez e não pode existir meio deputado. Isso é uma vergonha! Isso só serve para jogar a todos nós na vala comum onde nos encontramos. Pena que os bons pagam pelos maus.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, na realidade, recuso-me a fazer o pronunciamento que faria com um plenário que registra a presença de 59 parlamentares quando, apenas, sete estão presentes.

Colaborando até com o discurso feito pelo nobre deputado Targino Machado, solicito a V.Ex^a fazer uma verificação de quórum nominando apenas os sete deputados que se encontram presentes para que, fazendo dessa maneira, seja encerrada a presente sessão por falta de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendido, deputado Gaban.

Havendo a presença de apenas...

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, respeito a questão de ordem do deputado Gaban. Mas o fato de, neste momento, se encontrarem, apenas, alguns deputados não é motivo para solicitação da questão de ordem até porque esta sessão é transmitida pela TV e também muitos deputados estão acompanhando em seus gabinetes. Não entendo ser este o motivo. Mas respeito a questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Havendo, apenas, em plenário, as presenças dos deputados Aderbal Fulco Caldas, Kelly Magalhães, Álvaro Gomes, Targino

Machado, Gaban, Rogério Andrade e a minha, declaro encerrada a presente sessão ordinária por falta de quórum.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*